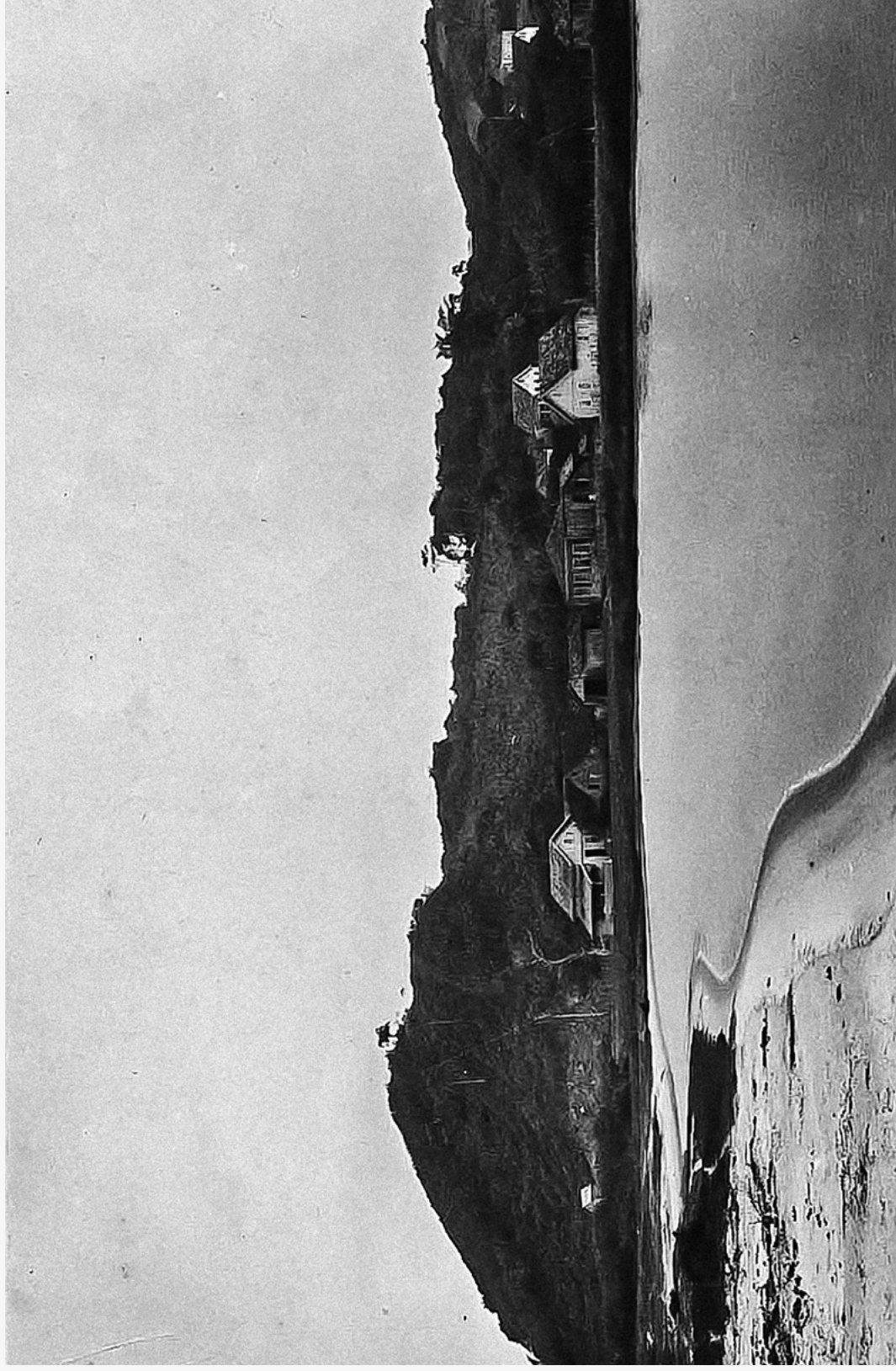




paisagem cultural

lagoa de barra velha





Este estudo é resultado de pesquisas de campo e teórica, em arquivos e fontes diversas, que, assim como a transformação da paisagem, está em constante revisão e atualização dos dados, com adição de informações e novos elementos. Nem sempre foram obtidos dados precisos ou a totalidade das informações necessárias. Dados complementares, correções e sugestões serão sempre bem-vindos.

Paisagem cultural da Lagoa de Barra Velha

2023

Organizado pelo Observatório
de Interações no Ambiente - OiA .

Projeto selecionado pelo Prêmio Elisabete Anderle de
Apoio à Cultura – Edição 2022, executado com recursos
do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da
Fundação Catarinense de Cultura.

Coordenação e pesquisa: Gabriel Gallarza Rossi
Comunicação e pesquisa: Marcelo Luiz Pereira
Design gráfico e fotografia aérea: Felipe Hollweg Gallarza
Programação de web: Daivison Inacio

Foto de capa (frente): Panorâmica da Lagoa de Barra
Velha, 1939. / Fotografia desconhecida. / Acervo José
Carlos Fagundes

Foto de capa (verso): Panorâmica da Lagoa de Barra
Velha, final dos anos 1960. / Fotografia desconhecida.
/ Acervo José Carlos Fagundes

Realização



Fundação
Catarinense
de cultura



Organização

lagoa de barra velha





Lagoa de Barra Velha

A Lagoa de Barra Velha é o elemento de maior destaque na paisagem natural e cultural da cidade de Barra Velha, e possivelmente o principal motivo pela ocupação deste território por grupos humanos desde tempos pré-históricos.

Reconhecendo a nomenclatura adotada pelas ciências ambientais, vale destacar que o uso do termo "lagoa" é utilizado de maneira imprecisa, pois esta estrutura é na verdade uma "laguna", por estar conectada com o mar. Porém, o nome que ficou consolidado na memória e na cultura local é Lagoa de Barra Velha.

A lagoa é uma depressão formada no estuário oceânico do Rio Itapocu, localizada na borda litorânea, comunicando-se com o mar através de um canal. Forma uma barreira costeira de sedimentos que isola da violência do mar as águas salobras muito mais tranquilas. Esta barreira forma uma praia conhecida como Praia da Península que, juntamente com a vegetação de mata ciliar que circunda a lagoa, é protegida legalmente como uma APP - Área de Preservação Permanente.

Além de desempenhar relevante papel na proteção do litoral, as barreiras costeiras e suas lagunas possuem importante função na manutenção dos ecossistemas litorâneos, apoiando o desenvolvimento de algumas espécies, que as utilizam como berçários naturais e garantem abrigo e alimento em determinadas fases de seus ciclos de vida.

A lagoa da foz do Itapocu se estende por cerca de 12 quilômetros ao longo da costa. O rio divide a lagoa em duas porções e determina os limites entre os municípios de Barra Velha, ao sul, e Araquari, ao norte. A porção sul é o trecho conhecido historicamente como Lagoa de Barra Velha, a porção norte, no município de Araquari, é conhecida como Lagoa da Cruz, ambas com extensão aproximada de 6 quilômetros. A porção de Barra Velha apresenta maior ocupação urbana que a porção norte, devido a facilidade de acesso, uma vez que suas águas se estendem até a área central da cidade.

A lagoa, que se desenvolve paralela à costa, tem largura média de 200 metros e águas rasas, com profundidade média de 1,5 metros. Conecta-se com o oceano através de um único canal, próximo à região central da laguna, que foi estabilizado por molhes no ano de 2011. Antes da construção dos molhes, a desembocadura do rio movia-se livremente ao longo da costa, apresentando um padrão de migração sul-norte, influenciado pela direção da deriva litorânea local. Esta movimentação explica a origem do nome do município, Barra Velha, que indica a existência de uma antiga barra do rio em uma outra posição, que ficava mais ao sul, junto às pedras do Costão dos Náufragos.

A conexão da população local com a Lagoa de Barra Velha existe desde tempos pré-históricos. Os primeiros povoadores da região eram povos coletores-caçadores-pescadores, que ficaram conhecidos pelos montes de conchas e moluscos que criavam, chamados sambaquis. Estes povos foram os pioneiros de uma série de culturas que vieram depois e que se serviam dos vastos recursos que a laguna e seu entorno forneciam, principalmente moluscos, crustáceos e peixes. A pequena localidade de Barra Velha destacou-se durante muito tempo como um vilarejo de pescadores que se utilizavam do mar e também da lagoa para a sobrevivência.

O município de Barra Velha desenvolveu parte significativa de sua história vinculada a cultura da pesca, que foi sempre uma constante nas sociedades que viveram no entorno da lagoa, chegando até os dias atuais e fazendo do local um reconhecido ponto de pesca artesanal. Esta prática cultural se consolidou com a formação da Colônia de Pescadores Artisanais Z-4, que desenvolve a pesca marítima, mas também inclui as atividades pesqueiras na lagoa, que foi bastante enfraquecida nos últimos anos e atualmente se reduz àquela realizada com canoas e tarrafas em seu leito, além da pesca esportiva com varas nos molhes do canal.

Outra prática muito realizada na lagoa é a navegação de lazer. Com águas serenas e rasas, é um ambiente propício para a prática de esportes náuticos, como a canoagem e o jet-ski, sendo comum, também, as regatas de embarcações à vela.

Com o desenvolvimento urbano da cidade, a pressão de ocupação imobiliária no entorno da laguna foi crescendo, e parte de suas margens recebeu intervenções de aterramentos e, mais recentemente, loteamentos. Na década de 1980 foi realizada uma dragagem da laguna e a areia foi lançada na sua extremidade junto ao centro da cidade, com o objetivo de dar forma a um aterro e ampliar a área da Praça Lauro Loyola. Na década de 1990 a laguna foi dragada novamente, desta vez a areia foi utilizada para fazer o engordamento da Praia da Península, que sofre constantemente com a erosão das ressacas do mar.

Panorâmica da Lagoa de Barra Velha em 1947 / Provável fotógrafo Arthur Wischral / Acervo José Carlos Fagundes

A Lei Municipal 251 de 2000 estabeleceu o Dia da Lagoa no dia 5 de junho, já reconhecido como o dia do meio ambiente, tornando-se uma data importante para o desenvolvimento de ações de educação ambiental pela comunidade escolar e órgãos ambientais da cidade.



Rio Itapocu

O Rio Itapocu é um curso d'água localizado na baixada nordeste do estado de Santa Catarina, possui suas nascentes na serra do mar e drena suas águas para o Oceano Atlântico. É formado pela confluência dos rios Novo e Humboldt, no município de Corupá, e percorre 109 km até sua foz em Barra Velha.

Em relação ao estado de Santa Catarina, a Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu faz parte da Região Hidrográfica 06 (RH06), em âmbito nacional pertence à Região Hidrográfica Atlântico Sul. Os municípios de Corupá, Jaraguá do Sul, Schroeder e Guarimirim estão inseridos em sua totalidade na bacia. Massaranduba, Barra Velha, São João do Itaperiú, São Bento do Sul, Campo Alegre, Blumenau, Araquari e Joinville estão parcialmente inseridos nela.

A área total de contribuição da Bacia é de 2.920 km², mas possui bacias costeiras que são contíguas. A Bacia do Rio Itapocu compreende oito sub-bacias hidrográficas, formadas pelos principais afluentes do Rio Itapocu. São elas: as bacias do Rio Novo, Rio Vermelho, Rio Itapocuzinho, Rio Piraí, Rio Jaraguá, Rio Putanga, Bacia Litorânea e Bacia do Médio Itapocu.

A Bacia do Itapocu abrange uma população de aproximadamente 500 mil habitantes e comporta 2 tipos de rios: os que nascem na Serra do Mar e aqueles originados na própria planície. A água do Rio Itapocu é utilizada para abastecimento urbano, atividades industriais, agricultura, irrigação, agroindústria e mineração. Há pontos da Bacia que apresentam um grave comprometimento das águas devido ao seu uso pouco sustentável.

Na Bacia há uma forte pressão exercida sobre os recursos hídricos, pois é uma das regiões do estado que têm apresentado um grande aumento populacional e incremento de atividades industriais. A pressão urbana, industrial, agrícola e de mineração, tornam esta uma região crítica, sendo urgentes iniciativas que garantam água em quantidade e qualidade suficiente para atender todos os usos existentes e as novas demandas, e evitem futuros conflitos pelo seu uso.

A Sub-Bacia Litorânea compreende o curso inferior do Rio Itapocu, na região de sua foz, que deságua no Oceano Atlântico. O conhecido Salto do Guamiranga, em Araquari, é o ponto de transição entre as sub-bacias do Médio Itapocu e Litorânea, sendo também o ponto até onde o rio sofre influência da maré. Neste trecho o Rio serve como divisa norte-sul entre os municípios de Araquari e Barra Velha.

Em seu trecho final, o Rio Itapocu apresenta um fluxo mais lento das águas, onde o rio forma muitas curvas ao longo de quase 30 km de comprimento. Este ambiente é estuarino, de mangue e restinga litorânea, onde se forma a Laguna de Barra Velha.



História de Barra Velha

A história de Barra Velha inicia aproximadamente a cinco mil anos antes do presente (AP), quando se fixaram na região grupos de "caçadores-pescadores-coletadores", também conhecidos como "Homens do Sambaqui". Mais recentemente, na época do achamento do Brasil, o grupo que ocupava estas terras era de tradição "Guarani".

Por volta do século XVI, Barra Velha passou a ser a porta de entrada de muitas expedições que adentraram para o interior do continente. Através do "Peabiru" (caminho da grama amassada), que iniciava na foz do rio Itapocu, o célebre adelantado espanhol D. Alvar Nunez Cabeza de Vaca (entre outros) atingiu o Paraguai em meados de 1542. As bases do povoamento inicial do município foram estabelecidas pelos Vicentistas (Bandeirantes), a partir de algumas iniciativas de mineração no rio Itapocu em meados do século XVIII.

Entre 1780 e 1830 começaram a se estabelecer em Barra Velha os primeiros descendentes de imigrantes açorianos, que contribuíram fortemente na constituição demográfica da cidade e no conjunto de manifestações da cultura local. Em 1842 uma pequena parcela da população era constituída de escravos, o que revela a importância e a participação do negro na construção da história do município.

Na segunda metade do século XIX, por sua vez, outros elementos étnicos como alemães e italianos (em menor número) estão se fixando na região. Neste momento, Barra Velha era um pequeno arraial, uma extensão mais avançada da vila de São Francisco do Sul, que pela lei provincial 510 de 27 de abril de 1861 foi elevada à condição de freguesia. Em face da lei provincial 795 de 05 de abril de 1876, Barra Velha foi incorporada à Vila do Paraty, desligando-se e voltando ao distrito de São Francisco do Sul pela lei 931 de 02 de abril de 1881.

Pela lei 958 de 13 de novembro de 1882, o distrito foi anexado novamente à Vila do Paraty. Ainda em meados de 1882, foi revogada a lei 510 de 27 de abril de 1861 e sancionada a lei 959 de 14 de novembro de 1882, que criava a freguesia de "Nossa Senhora da Conceição do Tabuleiro Grande do Itapocu" (com sede no Itapocu). Esta respectiva lei retirou de Barra Velha a sua prerrogativa de "sede" e anexou seu "território". Na prática, Barra Velha perdeu seu status de freguesia.

A revogação da sua antiga personalidade foi homologada pela lei 1004 de 21 de abril de 1883, que declarava extinta também, a lei ou ato que criou um "distrito de Paz" na respectiva freguesia. Somente em 29 de outubro de 1889 é sancionado a lei 1266, restaurando novamente a "freguesia" e "paróquia" de "São Pedro de Alcântara de Barra Velha", com o desmembramento do Itapocu.

Em setembro de 1896, através do projeto de lei 41, aprovado no "Congresso Representativo Republicano", Barra Velha foi elevada à categoria de "Vila", com a denominação de "Vila da Firmeza". Em 1923 com a supressão do município do Paraty, Barra Velha voltou mais uma vez à condição de distrito de São Francisco.

Em 25 de maio de 1925 houve a mudança da sede da intendência municipal, que passou de Barra Velha para São João do Itaperiú. Já em 1926 o distrito de Barra Velha estava sob jurisdição político-administrativa do recente município do Paraty que se emancipou definitivamente.

Nessa época, todo fluxo de mercadorias e comunicação era feito por embarcações de cabotagem que intermediavam o comércio da região com os portos de São Francisco, Joinville, Itajaí e Paranaguá. A pesca artesanal na orla e a produção de farinha de mandioca e açúcar no interior se constituíam nas principais atividades econômicas.

Em 1943, pelo decreto lei 941 homologado pelo interventor Nereu Ramos, o município do "Paraty" passa a se chamar "Araquari" e Barra Velha continua na condição de distrito. Pela lei estadual 271 de 03 de dezembro de 1956, foi criado o "Município de Barra Velha" e em 22 de dezembro

do mesmo ano toma posse o primeiro prefeito, Francisco Genaro Cardoso, que governou até 06 de maio de 1957, quando Barra Velha voltou a ser distrito de Araquari.

A emancipação definitiva ocorreu em dezembro de 1961, quando pela lei 778 foi recriado o Município de Barra Velha, tendo sido nomeado para prefeito o senhor Thiago Aguiar. Em 1963 é realizada a primeira eleição para a escolha do prefeito do novo município, quando foi eleito pelo voto direto Bernardo Aguiar, que administrou a cidade até 1968. Em 1992 ocorreu o desmembramento parcial do município, com a emancipação política de São João do Itaperiú.

A cidade tem hoje uma população de aproximadamente 30 mil habitantes (IBGE 2021), distribuídas nos 138.947 km² do seu território.

Fonte:
Compêndios, fragmentos
para a história de Barra
Velha. José Carlos
Fagundes. Editora
Scortecci: São Paulo, 2014.

Exploradores e Viajantes

A estrutura geográfica do trecho final do Rio Itapocu, em um percurso calmo percorrendo uma extensa planície costeira até chegar na região de sua foz com uma grande laguna, fez do rio uma porta de entrada no território para os povos que aqui habitavam e, posteriormente, para os exploradores e viajantes que colonizaram e estudaram a região.

Neste trecho de águas lentas, onde o rio forma muitas curvas, a navegação tranquila é possível até que se chegue no conhecido Salto do Guamiranga, em Araquari. O Itapocu foi estratégico para a ocupação do território continental, permitindo transpor facilmente as matas fechadas e os relevos acidentados da região.

Diversos foram os navegadores importantes dos tempos coloniais que ao longo do século XVI se utilizaram do rio como caminho em direção ao interior, como: Aleixo Garcia, Alvar Nunez Cabeza de Vaca, Dona Mencia Calderón, Ruy Diaz Melgarejo e outros. Mais tarde, já no século XVII, o rio foi utilizado pelos padres jesuítas no trabalho de catequese do gentio e pelos paulistas e vicentistas em suas expedições de apresamento (captura dos indígenas) e mineração.

A região da foz do Itapocu e sua laguna, que ficou conhecida como Barra Velha, foi também visitada por muitos viajantes que ficaram conhecidos ao longo dos períodos colonial e imperial do Brasil. Durante seis anos, de 1816 a 1822, o renomado pesquisador francês Auguste de Saint Hilaire, visitou as províncias do centro e do centro-sul do Brasil, registrando cada passo das suas andanças em um diário de viagem, Assinalou em determinado ponto do seu livro Viagem a Curitiba e Santa Catarina a passagem por Barra Velha, cuja entrada se fez por meio da laguna, que assim descreveu:

"Essa lagoa, de mais de uma légua de extensão, segue paralelamente ao oceano, do qual é separada apenas por uma língua de terra de algumas centenas de passos. Sua entrada, mais setentrional que o próprio leito do rio, é estreita e já mudou várias vezes; a parte da lagoa que fica ao norte dessa entrada tem o nome de Lagoa da Cruz e mede ao todo meio, quarto de légua; a parte meridional chama-se Lagoa da Barra Velha, porque era por ali que antigamente as águas se escoavam."

Algumas décadas mais tarde, outro viajante renomado esteve pela região da laguna de Barra Velha, o pintor franco-argentino Jean Leon de Pallière, que empreendeu uma viagem de Paranaguá ao Desterro pelo litoral em 1860. Ao chegar na "Barra do Itapocu", Palliere encontrou o rio durante a maré cheia e com forte correnteza. Descreve o lugar como "desabitado" e que só depois de muitos gritos, um garoto de 12 anos, numa canoa que fazia água, veio em auxílio da outra margem. Depois da travessia perigosa um velho "borracho" (bêbado) também ajudou e os guiou em outra canoa pela lagoa até uma pequena aldeia onde as casas estavam fechadas. Na sua narrativa, o percurso pela laguna que ele chamou de "rio solitário" era bastante tortuoso, com florestas de ambos os lados, sem a presença de seres humanos, onde só se via um martim-pescador e uma enorme garça levantando voo.

Patrimônio Arqueológico

Segundo pesquisas realizadas pelo Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville (MASJ), a ocupação humana na região de Barra Velha foi bastante diversificada. Os mais antigos habitantes que ocuparam a região foram grupos coletores-pescadores que começaram a construir os sambaquis por volta de 5 mil anos atrás. Esse povo estava bem adaptado à vida do litoral, pois viveu sobre os sambaquis, e a aumentá-los, ao longo de 4 mil anos, ocupando principalmente as restingas e ilhas do litoral, entre o sul de São Paulo (Cananéia-Iguape), passando pelas baías da costa do Paraná, até o litoral norte catarinense, onde deixaram centenas desses sítios espalhados pelas praias e pelos mangues, e de onde expandiram-se, aos poucos, para o litoral mais ao sul.

Os sambaquis são sítios arqueológicos que apresentam vestígios culturais em meio a camadas com alta densidade de conchas e moluscos, trazidos pelos homens. Distinguem-se na paisagem pela altura e forma; possuem dimensões variáveis, sendo que os de Santa Catarina são os maiores do Brasil, atingindo até centenas de metros de comprimento e altura de 30 metros.

São constituídos por restos de animais (principalmente moluscos, crustáceos, peixes, mamíferos, aves, répteis), esqueletos humanos, artefatos (de pedra, osso, concha e dente), fogueiras e outros restos de atividades humanas. Concentram-se predominantemente em regiões litorâneas lagunares que favorecem o desenvolvimento de grandes bancos de moluscos, fonte de alimentação dos povos pré-históricos.

Pesquisas arqueológicas indicam que os locais mais propensos ao encontro de sítios de ocupação pré-histórica são as áreas de interseção ambiental, nas proximidades de enseadas, canais, rios, lagunas, manguezais e florestas. Assim, se o mar estivesse bravo ou se o peixe não encostasse, o alimento poderia ser conseguido nas lagunas ou no manguê, ou as matas garantiriam uma eventual caça e uma série de frutos e sementes. A ocupação em pontos estratégicos permitia o acesso a uma diversidade de ambientes, que por sua vez promovem uma maior oferta de alimentos, exigindo menos esforço para suprir as necessidades nutricionais da comunidade.

Os maiores sítios arqueológicos do tipo sambaqui do mundo são encontrados em Santa Catarina. É possível encontrá-los em toda a região costeira do estado, com maior concentração no litoral norte, onde há aproximadamente 145 sambaquis, dentre os 160 sítios já identificados na região. Esses sítios estão situados sobre cordões de dunas, costões rochosos, encostas de morros e próximos a cursos d'água, boa parte deles às margens da Baía da Babitonga.

Em Barra Velha existem cinco sítios arqueológicos identificados e cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. São três sítios tipo sambaqui (Rio Itapocu, Faisqueira I, Faisqueira II), um sítio raso de sepultamentos (Barra Velha I) e uma oficina lítica (Ponta dos Naufragos). Os sambaquis Faisqueira I e Faisqueira II estão localizados mais próximos à Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Caminho do Peabirú, área que apresenta grande potencial, assim como toda a região do estuário do rio Itapocu, para futuros estudos e identificação de novos sítios arqueológicos. No zoneamento do Plano de Manejo do Parque de 2011 estes sítios encontravam-se dentro do parque e integravam a Zona Histórico Cultural, mas, com a redução do seu perímetro oficial, acabaram ficando fora da Unidade de Conservação.

O parecer técnico do IPHAN quanto aos sítios de Barra Velha, reiterou a importância de suas preservações, e recomendou que hajam procedimentos quanto à delimitação, cercamento e sinalização educativa dos sítios já identificados. Tem

orientado, também, sobre a necessidade de estudos arqueológicos prévios e licenciamento ambiental quando da realização de futuros empreendimentos que requeiram qualquer movimentação de terra ou supressão vegetal, situações que colocam em risco a integridade do patrimônio. Neste sentido, a gestão municipal de Barra Velha tem demonstrado interesse na continuidade dos estudos arqueológicos na cidade, conciliando, especialmente, com a demanda crescente da expansão imobiliária no território do entorno da laguna.

Os três tipos de sítios arqueológicos existentes em Barra Velha são assim definidos:

- **Sambaqui** - Vem da etimologia Tupi-Guarani: Tamba (conchas) Ki (amontoad). É a categoria dos sítios arqueológicos pré-coloniais compostos pela sobreposição de muitas camadas de restos faunísticos, principalmente conchas de moluscos, formando verdadeiros montes. São os sítios mais antigos do atual litoral brasileiro, representando uma ocupação humana que se iniciou há pelo menos 8 mil anos atrás. Podem atingir diversos tamanhos, e alguns alcançam mais de 30 metros de altura, sendo nestes casos considerados sambaquis monumentais (presentes principalmente em Santa Catarina);
- **Oficina lítica** - São sítios localizados em rochas fixas (suporte), cujas evidências da ação humana são conjunto de sulcos (amoladores) e depressões circulares (bacias), resultante da fricção de rochas móveis durante o processo de confecção de artefatos líticos;
- **Sítio raso de sepultamento** - Os sítios rasos de sepultamento, no litoral ou na beira de rios, caracterizam-se pelo elevado número de sepultamentos neles encontrados. São compostos de restos de cozinha: húmus, carvão vegetal, conchas, ossadas de peixes e de outros animais e o mais variado material arqueológico. Análogo ao encontrado nos sambaquis. O sítio de sepultamento distingue-se dos sambaquis, apenas, por encerrar pequeno teor de conchas, enquanto o sambaqui é essencialmente composto de conchas.

Antigo Cemitério da Lagoa

O Antigo Cemitério da Lagoa é um cemitério desativado localizado nas margens da lagoa, que atendia moradores de Barra Velha, das praias vizinhas e a população ribeirinha da foz do Rio Itapocu.

O cemitério possuía um caráter de muita simplicidade, composto de túmulos simples, em sua maioria cobertos de areia e com cruzes confeccionadas em madeira retirada da mata ao redor. Pesquisas realizadas nos livros de óbito de São Francisco do Sul/SC, identificaram um sepultamento em Barra Velha no ano de 1800, sugerindo que o uso do antigo cemitério remonta ao século XVIII, sendo um dos mais antigos da região.

Uma hipótese a respeito da escolha de um terreno tão distante, cerca de 5 km do núcleo de Barra Velha, com acesso exclusivo navegando pela lagoa, é a de ser uma medida sanitária de distanciamento dos defuntos vítimas das diversas epidemias de doenças infectocontagiosas que atingiam a região neste período.

Documentos e jornais do século XIX registraram que a cidade de Barra Velha também sofreu com surtos epidêmicos, como a diarreia hemorrágica, conhecida popularmente de "câmara de sangue", o que, em diversas ocasiões, assustou os moradores que não sabiam ao certo de que maneira combater estes surtos.

O cemitério foi desativado em 1929, quase duas décadas após a construção da primeira capela católica de Barra Velha, na região central da vila, a Igreja de São Pedro de Alcântara e Nossa Senhora da Conceição. Inaugurada no primeiro semestre de 1910, a construção da igreja foi acompanhada da criação de um novo cemitério no seu entorno, o que trouxe maior comodidade aos rituais fúnebres da comunidade.

A distância e as dificuldades apresentadas durante um velório foram as principais justificativas da transferência do antigo para o novo cemitério. A troca de local trouxe também o controle administrativo sobre os rituais fúnebres da comunidade, especialmente no que diz respeito aos tributos, uma vez que no antigo cemitério a família do defunto não precisava pagar nada para enterrá-lo.

Apesar de muitos corpos terem sido trasladados para o novo endereço, muitos outros ainda permaneceram no antigo cemitério. Da mesma forma, enterros continuaram a ser realizados no cemitério das margens da lagoa. É possível encontrar registros a respeito da utilização do antigo local quase 10 anos após o início dos enterros no novo cemitério, um deles ocorreu em 1938, demonstrando que o novo cemitério não foi aceito prontamente.

A história do Antigo Cemitério está fortemente vinculada à Lagoa de Barra Velha. Ela era utilizada para a despedida final dos mortos da cidade e da região. Relatos contam que o cortejo fúnebre acontecia pelas águas da lagoa, que se constituía em uma das poucas vias de acesso à necrópole. O ritual contava com a preciosa contribuição dos pescadores, conhecedores dos ventos da região e competentes para equilibrar o caixão, conhecido como "defunteira" na canoa, que remavam os quase 5 km que separavam o centro da vila e o cemitério.

"...Não tardou, o cortejo foi formado. O caixão quadrangular de madeira fina e coberto com pano negro (sem tempo), foi amarrado transversalmente sobre duas canoas, cuidadosamente arrastadas para água, embarcaram os remadores. A seguir outras canoas carregadas de gente chorando, uns rezando e outros com velas na mão, rumaram em demanda do cemitério. Atrás deles fomos nós. Entoando cânticos que penetravam na alma da gente, irradiavam a tristeza dos acompanhantes. Assim, seguimos até o campo santo, localizado adiante do estreito da lagoa, conhecido como o estreito do vale, do lado esquerdo do continente. Nino e eu, curiosos, também desembarcamos, amarrando a canoa em algum galho de mangue. Água pelos joelhos, calças arregaçadas, os remadores retiraram o caixão das canoas e o levaram para uma cova um tanto rasa, o que nos impressionou, mas que logo ouvimos a explicação: " Quando a maré sobe, a água aqui também sobe e se a cova for muito funda pode afogar o defunto..." Olhei para o Nino que arregalou os olhos e soprou em meus ouvidos: será que ele morre duas vezes?..."

Com o desenvolvimento urbano da cidade, a pressão de ocupação imobiliária no entorno da lagoa foi crescendo, e parte de suas margens recebeu intervenções de aterramentos e, mais recentemente, loteamentos. Na década de 1980 foi realizada uma dragagem da laguna e parte da areia foi lançada sobre a área que hoje corresponde ao loteamento Quinta dos Açorianos e suspeita-se que o aterramento atingiu o terreno do antigo cemitério, deixando-o ainda mais invisível à comunidade. Depoimentos indicam que na década de 1970, ainda era possível identificar as cruzes no local, mas que, devido a má conservação que sofria, já vinha gradualmente desaparecendo.

(Crônica de Hélio Ramos Alvim, Jornal "A Tribuna da Cidade", 02 de maio de 1997)

Em 1999, a Lei Municipal 192 definiu como área de preservação histórica e cultural o sítio de terras onde se situa o Antigo Cemitério de Barra Velha, e como área de preservação permanente a faixa de terra com 20 metros largura que circunscreve todos os lados do cemitério, determinando a demarcação e desapropriação do local.

A comunidade de Barra Velha, juntamente com os gestores municipais, já manifestaram interesse em realizar estudos arqueológicos na área do antigo cemitério. Arqueólogos do IPHAN estiveram no local e deixaram clara a legitimidade da causa e se colocaram à disposição para futuros estudos. Um trabalho arqueológico seria capaz de trazer à tona vestígios do que outrora foi o terreno e auxiliaria na valorização deste patrimônio cultural de Barra Velha e de toda a região.

Complementando a riqueza cultural do Antigo Cemitério da Lagoa, histórias fantásticas de visagens e de assombrações, associadas ao Antigo Cemitério da Lagoa, como a lenda do “corpo seco”, ainda despertam o imaginário popular e reforçam os vínculos afetivos e de memória da comunidade com seu patrimônio.

Causos e imaginário popular

A presença de pescadores durante as noites na lagoa de Barra Velha fez surgir inúmeras histórias ligadas ao antigo cemitério que alimentavam o imaginário popular. A completa escuridão, quebrada apenas em determinadas noites de lua cheia, e o silêncio exigido para que os peixes e camarões não fugissem contribuíam para a proliferação de contos que ultrapassam o tempo. Histórias contadas por pescadores dão conta de um corpo seco, de uma bola de fogo que surgia no meio da noite, de um monstro que os observava passar em frente ao antigo cemitério, além de muitos outros causos.

O projeto “Descortinando Histórias”, do historiador local Juliano Bernardes, entrevistou moradores antigos da cidade e reuniu muito conteúdo sobre a memória local, inclusive alguns desses causos e lendas. Por viverem próximo a lagoa de Barra Velha, estes moradores antigos passaram a frequentar e conhecer as histórias que permeiam a área do antigo cemitério, onde até hoje descansam os familiares que lá foram sepultados.

Memórias como as da benzedeira Maria Pinheiro (coletada em 2013), que morou na Quinta dos Açorianos, bairro onde se localiza o terreno do antigo Cemitério da Lagoa, são comuns entre os antigos moradores.

Com arrepio dona Maria contou a história do corpo seco que havia naquela região e amedrontava a todos. O antigo campo santo era bastante visitado, sobretudo no dia de finados pelos antigos moradores de Barra Velha e região.

Segundo histórias repetidas inúmeras vezes por antigos moradores e também por antigos pescadores, havia um defunto no antigo Cemitério da Lagoa que a terra não queria aceitar. Ele era enterrado e, no outro dia, seu corpo aparecia fora da terra, como se esta o expulsasse. Tratava-se de um homem que havia sido excomungado pela mãe e não havendo tempo para pedir perdão, morreu nessa situação. Esse corpo seco aparecia durante as noites e observava os pescadores passarem pelas margens da Lagoa.

Outra memória é a do morador Carlos Cezar Borba (coletada em 2014). Ele lembra que, desde muito pequeno, ouvia histórias sobre um pé de figueira que existia próximo ao antigo cemitério. Segundo essas histórias, uma bola de fogo saía da figueira e surgia de repente no meio da madrugada iluminando o local. Sem entender como era possível tal fenômeno, cada família interpretava a claridade que surgia no meio da noite a partir de suas vivências.

O pescador Silvino Floriano da Costa (coletada em 2015), que afirma nunca ter visto nada, lembra que muitos colegas de pesca, ao se aproximarem do cemitério, procuravam remar e levar os barcos em direção à margem oposta da lagoa para evitar avistar alguma coisa estranha. Nas madrugadas, quando a escuridão tomava conta, muita gente via coisas estranhas para aquelas bandas. O pescador relatou com olhos arregalados a história de que um parceiro de pescaria teria visto um homem sentado em uma canoa perto da pedra da Coroa Grande (essa pedra pode ser avistada no final da Lagoa, um pouco adiante das terras do antigo cemitério). O homem visto na canoa já havia morrido.

Histórias como essas fizeram com que a memória ligada ao antigo cemitério estivesse presente em muitas conversas de família, de amigos, e contribuíram de alguma forma, para a sustentação do local no imaginário de muitos moradores. Elas surgiram nas madrugadas de pescaria, na escuridão das noites sem luar e foram transmitidas por muitas gerações.

O fato de a pesca nas margens do Antigo Cemitério da Lagoa ter praticamente cessado contribuiu, dentre outros fatores, para que as histórias perdessem força. Enquanto a pesca ocorria, apesar da necessidade do silêncio, as conversas eram comuns entre os pescadores e o local era propício para que as lembranças de antigas memórias surgissem. A repetição das histórias as fortaleciam, contribuindo para a sua preservação.

O Porto da Cancela e a
Casa de Palmitos em 1947 /
Provável fotógrafo Arthur Wischral /
Acervo José Carlos Fagundes



Caminho do Peabiru

Segundo pesquisadores, esta região do estuário do Itapocu também seria uma das entradas para o Caminho do Peabiru, caminho que se acredita ter sido utilizado pelos povos indígenas do sul do continente, conectando o Oceano Atlântico ao Pacífico. O tronco principal desta estrada continental teria três mil quilômetros, um percurso grandioso integrando o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e o Peru, cortando matas, rios, cachoeiras, pântanos e cordilheiras.

Os objetivos originais do caminho ainda é um mistério entre os estudiosos, mas acredita-se que seria a menor e melhor ligação entre as costas leste e oeste do continente, tendo importante papel no intercâmbio cultural e na troca de produtos entre as nações indígenas. Outra possibilidade considerada é de que foi aberto pelos indígenas guaranis, que, de acordo com sua mitologia, acreditam na busca constante da "Terra Sem Mal", um território sagrado de encontro com suas divindades. local mágico de morada dos seus ancestrais, descrito como o lugar onde as roças cresciam sem serem plantadas e onde a morte era desconhecida.

O Caminho do Peabiru é tema para diversos grupos de estudiosos de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, e também do Paraguai, com o objetivo de resgatar as poucas evidências que ainda restam do Caminho. Buscam entender e valorizar este patrimônio que foi se consolidando desde os tempos pré-históricos até hoje, uma vez que algumas das estradas atuais da região assumiram traçados muito antigos de deslocamento no território. Inclusive, o Caminho já está sendo cotado para ser reconhecido como patrimônio mundial da Unesco.

Atualmente, começam a surgir iniciativas que promovem a difusão do Caminho do Peabiru como rota turística de peregrinação, sendo considerado como o Caminho de Santiago de Compostela da América do Sul. Buscam atender um segmento do turismo místico e cultural, que se mostra sustentável e gerador de empregos e renda para as comunidades de seu entorno, além de promover a integração das culturas estaduais e nacionais, fortalecendo a construção da identidade latinoamericana.

Em 2007, o município de Barra Velha criou o Parque Natural Municipal Caminho do Peabiru, que recebeu o nome do caminho sagrado. A criação do Parque tem a intenção de conservar um remanescente florestal de Mata Atlântica de exuberante biodiversidade inserido em um complexo sistema ecológico, formado pela foz do Itapocu, manguezal, laguna e oceano.

Parque Natural Municipal

Caminho do Peabiru

O Parque Natural Municipal Caminho do Peabiru é uma Unidade de Conservação localizada na região norte da cidade de Barra Velha. Criado pelo Decreto Municipal 428/2007, com área original de 428 hectares, que mais tarde foi diminuída chegando nos atuais 121 hectares. Sua criação foi viabilizada através dos recursos pagos por uma empresa privada que se instalou no município, atendendo as necessidades legais para o licenciamento ambiental do empreendimento.

Como Unidade de Conservação do tipo Parque Natural Municipal, está inserida no Grupo de Proteção Integral, o que permite que em seu interior possa ser promovida a preservação, pesquisas, atividades educacionais e recreacionais e o turismo ecológico. Recebeu um Plano de Manejo em 2011, que foi atualizado em 2022, juntamente com a lei de instituição do Conselho Gestor, atuante desde 2014.

O Parque mantém um remanescente vegetal do bioma Mata Atlântica, composto de Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas e de Formação Pioneira com Influência Marinha (Restinga Arbórea), o qual provém diversos Serviços Ecossistêmicos à comunidade. Suas estruturas vegetais propiciam abrigo e alimento para a fauna, contribuindo com a manutenção da biodiversidade local e regional.

Sua localização próxima à foz do Rio Itapocu e à Lagoa de Barra Velha compõe um sistema ecológico que contribui com a regulação da dinâmica costeira. Mesmo não estando conectado à lagoa, é comum o deslocamento de animais entre os dois ambientes, especialmente as aves, mas também animais terrestres, como capivaras e tamanduás, que acabam cruzando as vias urbanas.

Está localizado em um território de antigas ocupações humanas pré-coloniais, com a presença de um importante patrimônio histórico-arqueológico. A presença de três sambaquis, uma oficina lítica e um sítio raso de sepultamento, localizados no entorno do Parque oportuniza bem material e imaterial que oferece grande potencial educativo.

Proporciona uma paisagem exuberante em meio ao tecido urbano, promovendo bem-estar e conforto à população. Da mesma forma, seus atributos paisagísticos possibilitam atividades turísticas com potencial de fonte de renda e de valorização imobiliária. A conservação do Parque possibilita desenvolver a autoestima da população local fortalecendo sua identidade cultural e o sentido de pertencimento.



Limites do Parque Natural Municipal
Caminho do Peabiru / Google Maps, 2023

Pesca

Os povos originários da região de Barra Velha, que viviam quase sempre muito próximos de grandes corpos d'água, eram canoeiros e exímios pescadores. Sua vida e seus hábitos alimentares estavam voltados, principalmente, para o ambiente litorâneo do mar, praias e mangues, mas também exploravam os rios, florestas e morros próximos. As técnicas de pesca artesanal que ainda hoje são usadas na região (cerco, tarrafa, etc) são, muito provavelmente, parte da herança deixada pelos indígenas.

Nos estudos arqueológicos realizados na região, foram encontrados restos de peixes de todos os tamanhos e das mais variadas espécies, tanto de mar aberto como das águas calmas de baías e canais. Os indígenas também coletavam e comiam moluscos (ostras, berbigões, mariscos, etc) que parecem ter existido em grande quantidade, nos mangues e paredões rochosos, principalmente durante os primeiros tempos de sua ocupação. De fato, são sobretudo suas conchas que conferem aos sambaquis o grande volume que frequentemente alcançam.

Na região formada pela Foz do Itapocu, pela Laguna de Barra Velha e pelo trecho de mar que compreende o município, havia uma fartura muito grande de peixe e também de camarões de todos os tamanhos. Assim, o município de Barra Velha desenvolveu parte significativa de sua história vinculada a cultura da pesca, que foi fortalecida com a formação da Colônia de Pescadores Artesanais, criada com a vinda de imigrantes açorianos para o Brasil, no início do século XIX.

Este fluxo de migração foi estimulado pela coroa portuguesa com o principal intuito de aumentar os domínios de ocupação do território do litoral catarinense, além de criar no local uma armação baleeira e formar uma economia da caça às baleias, para explorar economicamente sua gordura, visando a produção de óleo para a corte no Rio de Janeiro. Para atender as necessidades de subsistência das populações fixadas no território, os imigrantes passaram a se dedicar à pesca artesanal, dando início à vila de pescadores que resultou na cidade de Barra Velha e também ao que, contemporaneamente, é conhecido por Colônia Z4.

Aproximadamente duzentos anos se passaram e desde então, muitas transformações ocorreram na cidade e no modo de vida dos pescadores artesanais. O saber-fazer da pesca artesanal na Colônia é oriundo das tradições e técnicas herdadas dos indígenas que originalmente ocuparam a região, mescladas às experiências e práticas destes açorianos.

Nas décadas iniciais do século XX havia muitos pescadores em Barra Velha, e até a década de 1970, a laguna era muito importante para a pesca da cidade. A quantidade de camarão e tainha capturados no local atraía pescadores de todo o entorno. Frequentemente, pescava-se a tainha em lances de até 500 peixes, que eram anunciados por meio de tiros de foguete.

Desde a década de 1970, houve uma aceleração do processo de urbanização no município, devido à abertura de suas praias às atividades turísticas. Essas alterações ocorreram, principalmente, no entorno da praia central onde está localizada a Colônia de Pescadores, que desde então, passaram a disputar seu território, devido à valorização da área e à especulação imobiliária.

Neste mesmo período, com o surgimento e desenvolvimento da pesca industrial no país, o território marinho da pesca artesanal também passou a ser disputado, gerando conflitos entre os pescadores artesanais e as indústrias pesqueiras da região.

A pesca artesanal em Barra Velha sobrevive aos séculos através de suas tradições, que são guardadas e transmitidas pelos pescadores mais velhos aos mais novos. Resiste como tradição porque faz parte do cotidiano desses sujeitos, que a renovam a cada dia. Por sua vez, os pescadores também resistem, pois dependem deste território como base de subsistência e por possuírem vínculos afetivos com o lugar.

Com o passar dos anos, a Colônia e muitas famílias de pescadores foram perdendo parte do território original, a exemplo da mudança de lugar do Porto das Canoas realizada pela prefeitura na década de 1970. Os pescadores foram saindo da orla da praia, mudando-se para bairros mais distantes e abandonando a antiga vila dos pescadores, que se localizava nas proximidades do antigo Porto, nos arredores da laguna. Atualmente, eles residem longe da praia e seu território original se restringiu à área da Praia das Canoas e ao barracão de pesca, local onde guardam seus apetrechos de pesca.

O Porto da Pesca Artesanal João Emílio Henrique é considerado um dos pontos mais frequentados da praia. As canoas coloridas sobre a areia da praia tornaram-se uma característica cultural do município, sua presença traz referência e forma à identidade do lugar. A Praia Central chamada e conhecida pelos turistas e moradores como a Praia das Canoas, é considerada um dos pontos turísticos mais visitados e fotografados no município.

Com relação às práticas de trabalho na pesca artesanal, podemos dizer que elas não apresentam uma ruptura com o tradicional e nem um enlace total com as tecnologias da pesca industrial. Houve mudanças, mas o modo tradicional de fazer este trabalho é o mesmo utilizado desde os pioneiros da colônia.



Porto da Pesca Artesanal João Emílio Henrique, 2023

A prática da pesca artesanal utiliza meios e técnicas menos agressivas que a pesca industrial. Como eles encontram os cardumes "no olho", na observação da água, não possuem a mesma precisão em encontrá-los que a pesca industrial com seus sonares, mais eficientes e ao mesmo tempo mais predadores.

A atividade da pesca na lagoa, por sua vez, sofreu grandes mudanças. Com o crescimento da cidade ao longo das décadas, a procura de terrenos na região do centro foi ampliada. Foram construídas muitas casas de moradia fixa e de veraneio no entorno da lagoa, o que gerou um aumento expressivo do esgoto produzido no local. A lagoa foi se tornando poluída e consequentemente houve uma significativa diminuição de peixes e crustáceos, o que acabou diminuindo a sua utilização como cenário das atividades pesqueiras. Atualmente, é proibido pescar com rede de qualquer espécie, exceto tarrafas, em toda a extensão da lagoa de Barra Velha e na foz do rio Itapocu.

Projeto Escola do Mar

Projeto da Prefeitura Municipal de Barra Velha em parceria com a Colônia de Pescadores, no qual estão envolvidas a Fundação de Turismo, Esporte e Cultura, a Fundação Municipal do Meio Ambiente, a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura e Pesca, bem como a Epagri, Cidasc e o Corpo de Bombeiros.

O Projeto atua como um espaço de troca de experiências e conhecimento com o objetivo de resgatar e valorizar a identidade cultural da comunidade, tradicionalmente ligada à pesca artesanal, além de promover a consciência socioambiental, tendo o mar como uma grande escola, aliando conhecimento teórico com a prática.

"A nossa raiz é o povo pesqueiro, então o projeto quer mostrar que o trabalho do pescador não é simplesmente jogar a rede no mar e esperar para recolher o peixe. Há muito conhecimento envolvido, ele precisa entender sobre marés, correntes, leis, ele sabe identificar as espécies de peixes apenas olhando para suas características, ele sabe como costurar a sua rede, e mais do que qualquer outra coisa ele sabe da importância do mar e que é nosso dever cuidar dele."

O projeto está estruturado em 4 eixos de conhecimento:

- **Raízes Nativas:** valorização e resgate histórico das práticas culturais ligadas à pesca artesanal e modos de vida da comunidade tradicional;
- **Zona Costeira e Marinha:** conhecimento sobre ecossistemas, bem como noções sobre pesca artesanal, leis, biologia e anatomia dos peixes, tipos de embarcações, equipamentos de pesca, perigos associados ao banho de mar, como identificar uma corrente de retorno, as informações que podemos tirar apenas observando a cor da bandeira do posto;
- **O Fazer Artesanal:** conhecimento sobre a costura das redes e marinharia;
- **Pirão nosso de cada dia:** noções sobre a gastronomia típica, e principalmente sobre o processo de fabricação da farinha que faz o pirão.

Esporte e Lazer

A Lagoa de Barra Velha, devido seu formato alongado e suas águas calmas e rasas, tem grande potencial para a prática da navegação, especialmente de esportes náuticos.

As águas da lagoa há muito tempo são utilizadas para a navegação, desde os primeiros canoeiros que viveram na região.

Inicialmente, eram os povos indígenas que viviam e circulavam pelo território utilizando as águas da lagoa e do Rio Itapocu, e que também pescavam de suas canoas, passando pelos exploradores e colonizadores que, navegando, adentraram o continente em busca de riquezas e domínios.

Mais tarde, os habitantes da vila e, depois, da cidade de Barra Velha, que também utilizavam a lagoa para suas pescarias e deslocamentos, como os cortejos fúnebres saindo do núcleo da vila até o Antigo Cemitério da Lagoa.

Atualmente, a laguna ainda recebe alguns pescadores, mas que já são em pequena quantidade, devido à baixa oferta de peixes e crustáceos que ainda resistem aos impactos ambientais e poluição da água.

A navegação que mais se desenvolve na laguna atualmente é a de esportes náuticos e a navegação de lazer, como: pedalinhos, jet skis, velas, regatas, canoagem, caiaques, stand up paddle e outros.

Ao longo das margens da laguna são encontrados algumas marinas que oferecem serviços de aluguel e manutenção de embarcações para as práticas de navegação de lazer, como: o Pedalinho do Pedrão, a Marina Barra Jet e a Marina Garden.

A laguna também é cenário para a realização de competições de esportes náuticos, como regatas de barcos à vela e disputas de canoagem, com a participação de velejadores e remadores da região e de todo o estado.



18ª Regata Laguna de Barra Velha, fevereiro de 2023. Fotos: Richard Montibeller, Amigos da Vela de Santa Catarina

Praça da Bíblia

Praça pública no Centro da cidade de Barra Velha, junto à margem oeste da Lagoa de Barra Velha. A praça está implantada na região da foz do Córrego Veludo, junto a lagoa.

Contornada pelas vias urbanas: Rua Pedro Gasino Borba Coelho, Rua Plácido Gomes e Rua Vice Prefeito José Patrocínio de Oliveira

O paisagismo da praça é formado por canteiros gramados, árvores exóticas e canteiros com plantas ornamentais; formada por uma ampla área de circulação livre, com caminhos para pedestres e bicicletas, pavimentados de blocos de concreto.

Equipamentos: parque infantil; academia ao ar livre; paraciclo; palco em concreto; placas de sinalização urbana; lixeiras; iluminação pública; escultura-totem em pedra em formato de bíblia (símbolo que dá nome ao local); bancos.

Entorno: Corpo de Bombeiros Militar de Barra Velha; Floricultura Barra Garden Jardins.



Praça da Bíblia nas margens da Lagoa de Barra Velha, 2023

Praça Lauro Carneiro de Loyola

Praça pública no Centro da cidade de Barra Velha, junto à margem sul da Lagoa de Barra Velha. Contornada pelas vias urbanas: Avenida Paraná, Rua Plácido Gomes e Rua Armando Petrelli.

É um dos principais pontos de encontro de moradores, veranistas e turistas. A praça foi inaugurada em 1972 e passou por diversas reformas de revitalização ao longo do tempo. Todo o espaço da praça pertencia à Lagoa de Barra Velha, que, ao longo dos anos, foi sendo aterrada. A Praça está inserida dentro da Área de Preservação Permanente da lagoa, na margem sul, junto a sua mata ciliar.

Formada por uma ampla área de circulação livre, com gramado, árvores exóticas e nativas, mata ciliar da laguna; canteiros com plantas ornamentais; árvore de grande porte promove grande sombreamento sobre o parquinho infantil; foz do Rio Veludo; caminhos para pedestres e bicicletas pavimentados de concreto; ampla área central pavimentada de concreto onde acontecem atividades culturais e feiras.

Equipamentos: parque infantil; ponto de táxi Central; trapiche de madeira sobre a laguna em formato circular; edificação em alvenaria sede da Casa do Artesão Lauro Carneiro de Loyola, Casa do Artesão de Barra Velha, Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC; Associação dos Artesãos de Barra Velha; escultura em bronze de Lauro Carneiro de Loyola, de autoria do escultor Pedro Dantas, instalada na revitalização da praça em 2004; placas de sinalização urbana; lixeiras; iluminação pública; Espaço Acessível Maria Cecília de Góes, criado na reforma da praça em 2018; escultura-totem em pedra em formato de livro, instalada na criação da praça em 1972; casa em madeira sede da Casa do Divino; totem relógio e termômetro; bancos; réplica em madeira miniatura da Ponte Pênsil, sobre um espelho d'água; placa metálica indicando Sri Chinmoy Árvore - Paz; totem triangular em madeira com informações turísticas.

Entorno: Hotel Candeias Bella Vista Praia: 4 pavimentos, primeiro edifício nas margens da lagoa; Edifício Lagoa, com 10 andares; Edifício Residencial Royal Lake, o mais alto nas margens da laguna, com 19 andares, em construção;

Lauro Carneiro de Loyola nasceu em Paranaguá/PR em 1907.

Foi um industrial do ramo da erva-mate no Paraná e exerceu diversos mandatos como deputado federal por Santa Catarina.

Após realizar o curso secundário, tornou-se professor, industrial, comerciante e contador. Fixando-se em Santa Catarina, foi cônsul-geral da Bélgica e vice-presidente da Associação Industrial e Comercial de Joinville, além de tornar-se representante da Indústria do Mate de Santa Catarina na junta deliberativa do Instituto Nacional do Mate.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se segundo suplente de deputado federal por Santa Catarina na legenda da União Democrática Nacional. Exerceu mandato de deputado federal por Santa Catarina entre 1956 e 1971.





Ponte Pênsil

A Ponte Pênsil da Lagoa de Barra Velha é um dos principais atrativos turísticos da cidade. Situada a 4 km do Centro, a ponte oferece um ponto de observação privilegiado da lagoa e seu entorno. Destinada à travessia de pedestres e ciclistas, cruza a lagoa ligando o Bairro Quinta dos Açorianos até a Praia da Península.

Consiste em uma ponte de estrutura metálica e cabos de aço, com piso de tábuas de madeira. Foi construída na década de 1990 pela empresa responsável pelo loteamento do Bairro Quinta dos Açorianos, como contrapartida por uma dívida com o município. A manutenção da ponte está sob a responsabilidade da municipalidade.

Na base continental da ponte existe uma grande área livre, com espaço para jogos, brincadeiras, estacionamento, trapiche para pesca, que aos poucos vai se consolidando como uma praça pública. A área é muito frequentada nos fins de semana por turistas que passeiam, fazem festas, pescam e tomam banho nesse trecho da lagoa que, por se localizar distante do centro da cidade, possui águas mais limpas.

Sua localização é ao lado do Antigo Cemitério da Lagoa, região que chama atenção pela beleza paisagística de grande potencial turístico, pela alta concentração de investimentos imobiliários e pela rápida transformação que o bairro vem sofrendo nas últimas décadas.

A ponte foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da região e, especialmente, pela consolidação do loteamento, por garantir um acesso facilitado à praia sem precisar o deslocamento até o centro da cidade.

Morro do Cristo

O Morro do Cristo é a mais alta elevação montanhosa de Barra Velha, com altura de 40 metros. Do seu cume se tem uma vista panorâmica 360° da cidade, de onde se avista a maioria das praias e a lagoa.

Em seu topo encontra-se uma réplica do Cristo Redentor, doada em 1943 por Augusto Becker, proprietário da Casa de Palmitos. Posteriormente, em 1981, foi instalada uma segunda réplica, de menores dimensões, ao lado da primeira.

É um dos pontos turísticos mais visitados na cidade, localizado na região central, tem fácil acesso para automóveis e pedestres.

No seu cume foram instaladas estruturas para recepcionar e atender os turistas, como estacionamento, quiosque para lanches, banheiros, rampas, escadas, mirantes, lunetas, bancos e moldura para fotos.

Em 2019, foi expedido alvará para construção de um edifício de grande altura no entorno da Praça Lauro Carneiro de Loyola, que acabou por comprometer o visual aberto para a lagoa a partir do alto do Morro do Cristo.

Casa de Palmitos

A Casa de Palmitos é um dos principais elementos formadores do patrimônio cultural de Barra Velha. Construída entre os anos de 1940 e 1944, foi a primeira residência no Costão dos Náufragos, local que na época tinha uma das mais privilegiadas vistas panorâmicas da Praia Central. Os proprietários eram o casal Erna Bisewski e Augusto Teodoro Wald Becker, um industrial de Curitiba/PR.

A obra ficou sob a responsabilidade do mestre de obras Ananias Crispim. De grandes dimensões, com 250 metros quadrados, a edificação chamava a atenção pela originalidade de sua técnica construtiva com troncos de palmeiras (palmitos) encaixados, e logo ganhou destaque na paisagem urbana e reconhecimento da comunidade. Os troncos de palmitos, que eram derrubados nas matas da região, foram transportados em canoas pelas águas da lagoa.

Devido sua excepcionalidade construtiva, a Casa de Palmitos foi tombada em 2014 pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC, constituindo o primeiro e único patrimônio tombado do município.

Em 2021, o Conselho aprovou a proposta de desmonte, restauro e montagem da Casa, que será implantada na Praça Lauro Carneiro de Loyola, nas margens da Laguna de Barra Velha. A obra de montagem foi iniciada neste ano de 2023. Após a remontagem, a edificação permanecerá como bem tombado e deverá oferecer um uso de interesse público e coletivo, atendendo a comunidade e os turistas, assegurando a preservação do bem e assumindo um papel de espaço de memória.

Casa de Palmitos sendo montada na Praça Lauro Carneiro de Loyola, nas margens da Lagoa de Barra Velha, 2023



Interior da Casa de Palmitos, 1947.
Fotógrafo Arthur Wischral / Acervo José Carlos Fagundes



“Porto da Cancela” e ao fundo, à esquerda, a Casa de Palmitos.
Fotógrafo Arthur Wischral / Acervo José Carlos Fagundes

Referências

Atlas da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu. Amvali: Jaraguá do Sul/SC, 2015.

Compêndios, fragmentos para a história de Barra Velha. José Carlos Fagundes. São Paulo/SP, 2014.

Design para o desenvolvimento regenerativo: diretrizes para a Lagoa de Barra Velha. Marcelo Luiz Pereira. Univali: Balneário Camboriú/SC, 2022.

Desterritorialização e conflitos na pesca artesanal de Barra Velha/SC. Cristina Buratto Gross Machado. UEL: Londrina/PR, 2014.

Fotografias Aéreas Históricas de 1938. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2023.

Geomorfologia da Barreira Costeira do Itapocu. Maria Olivia Amato Maranhão. UFRGS: Porto Alegre/RS, 2015.

Gestão para segurança hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu. Univille: Joinville/SC, 2020.

Perfil Cultural e Turístico dos Municípios Catarinenses - Barra Velha. Glück Edições: Barra Velha/SC, 2008.

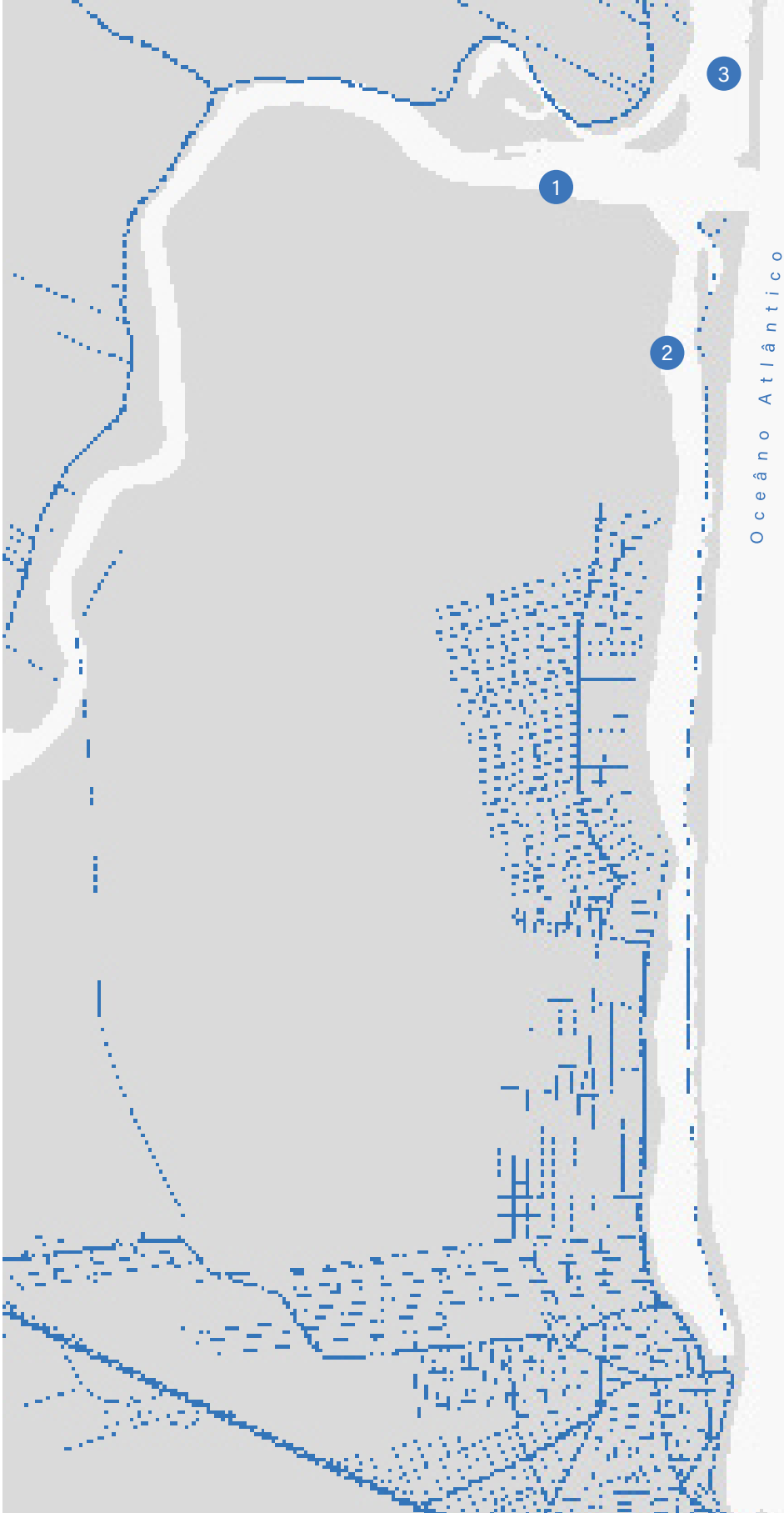
Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Caminho do Peabirú. Univali: Barra Velha/SC, 2022.

Pré-História Regional. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Joinville/SC, 1991.

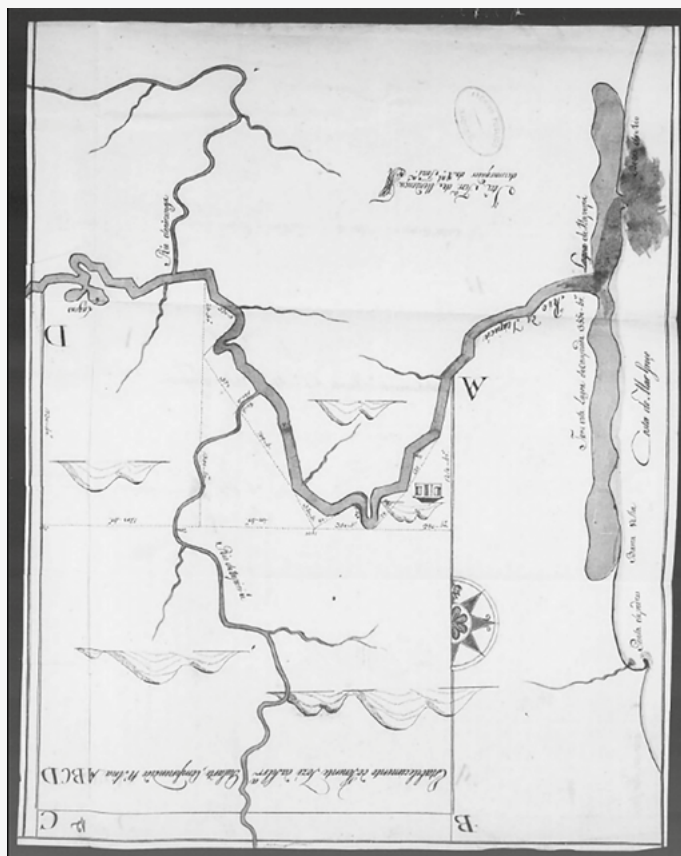
Um patrimônio cultural em conflito: memórias, morte e transferência do Cemitério da Lagoa em Barra Velha. Angelita Borba de Souza. Univille: Joinville/SC, 2016.



lagoadebarravelha.eco.br



A lagoa da foz do Rio Itapocu ❶ se estende por cerca de 12 quilômetros ao longo da costa. O rio divide a lagoa em duas porções e determina os limites entre os municípios de Barra Velha, ao sul, e Araquari, ao norte. A porção sul da lagoa é o trecho conhecido historicamente como Lagoa de Barra Velha ❷, a porção norte, no município de Araquari, é conhecida como Lagoa da Cruz ❸, ambas com extensão aproximada de 6 quilômetros.



Mapa do estabelecimento da "Sesmaria" do tenente reformado José Silveira Goularte do ano de 1796. A repartição da sesmaria estava dentro dos limites do antigo "Arraial de Barra Velha". Do lado meridional do Rio Itapocu a lagoa é denominada de "Lagoa Comprida". / Acervo José Carlos Fagundes



O OiA - Observatório de Interações no Ambiente é um coletivo multidisciplinar que atua em Santa Catarina desenvolvendo projetos nos campos do urbanismo, do meio ambiente, do patrimônio cultural e das artes, que refletem e promovem a participação das pessoas na criação e na interação com os ambientes que experienciam.



observaiambiente.com.br



A Lagoa de Barra Velha é o elemento de maior destaque na paisagem natural e cultural da cidade de Barra Velha, e possivelmente o principal motivo pela ocupação deste território por grupos humanos desde tempos pré-históricos. Reconhecendo a nomenclatura adotada pelas ciências ambientais, vale destacar que o uso do termo “lagoa” é utilizado de maneira imprecisa, pois esta estrutura é na verdade uma “laguna”, por estar conectada com o mar. Porém, o nome que ficou consolidado na memória e na cultura local é Lagoa de Barra Velha.